



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 71/XI/ 2.ª SL

Aos 15 dias do mês de Março de 2011, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

1-Audição com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus após o Conselho Europeu extraordinário de 11 de Março de 2011, consagrado à Líbia e ao Norte de África, e à reunião informal dos 17 países da zona euro para debater a governação económica e a competitividade (fundo de estabilização e pacto de competitividade).

II Parte

2 - Ponto de situação sobre o programa do Seminário sobre a "Estratégia UE 2020";

3 - Proposta de Projecto de Resolução sobre a Posição da Assembleia da República sobre o acompanhamento interparlamentar da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa;

4 - Ponto de situação do contributo da CAE/AR para a Comissão SURE do PE;

5 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera as Directivas 2003/71/CE e 2009/138/CE no que respeita às competências da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados [COM(2011)8];
- Comunicação da Comissão ao parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Análise Anual do Crescimento: uma resposta global da UE à crise [COM(2011)11] com Relatórios das 5.ª, 6.ª e 11.ª Comissões;

6 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente às seguintes iniciativas europeias:

- Livro Verde: Dos Desafios às Oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da U.E [COM (2011) 48] com Relatório da 8ª Comissão;

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Combater o Abandono Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia 2020 [COM (2011) 18] e Proposta de Recomendação do Conselho sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce - [COM (2011)19] com Relatório da 8ª Comissão;
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões em resposta ao Relatório do Grupo de Peritos sobre a Avaliação Intercalar do Sétimo Programa-Quadro de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração e ao relatório do Grupo de Peritos sobre Avaliação Intercalar do Mecanismo de Financiamento da partilha de Riscos [COM (2011) 52] com Nota de Não escrutínio da 8ª Comissão;
- Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Estratégia Temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos [COM (2011) 13] com Relatório da 12ª Comissão;
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto [COM (2011) 12] com Relatório da 8.ª Comissão;

7 - Apreciação e votação das actas n.º 66, 67 e 69, respectivamente, de 18 e 23 de Fevereiro e 02 de Março de 2011;

8 - Outros Assuntos.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião, dando as boas-vindas ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Secretário de Estados dos Assuntos Europeus, Dr. Pedro Lourtie, deu conta das conclusões do Conselho Europeu extraordinário, começando por aludir à análise da situação na Líbia e nos restantes países do Norte de África. Neste âmbito deu conta da preocupação do Conselho em relação à situação na Líbia e da satisfação pela atitude de abertura manifestada pelo Rei de Marrocos. Ainda sobre esta matéria, deu conta da apresentação pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança da Comunicação intitulada "Uma parceria para a democracia e a prosperidade partilhada com o Sul do Mediterrâneo".

De seguida, referiu a segunda parte da agenda, que se prendia com a governação económica e com o pacto para a competitividade. Antes de aludir às conclusões propriamente ditas, o Sr. Secretário de Estado aludiu à apresentação das linhas gerais do PEC IV e à importância desse anúncio ter sido efectuado antes do Conselho Europeu. Relativamente às medidas apresentadas referiu que o Orçamento de Estado para 2011 tinha como base uma conjuntura macroeconómica prudente, que no entanto não merece o acolhimento de algumas instituições, designadamente, o Banco de Portugal, que têm visões mais pessimistas. Atendendo a que o objectivo para 2011 é atingir um défice de 4,6% e se o cenário mais pessimista vingar, o Governo deseja garantir com algumas destas medidas que se consegue salvaguardar o objectivo traçado. De acordo com o Sr. Secretário de Estado, o anúncio das medidas poderia ter sido feito de outra forma e eventualmente em outro momento, mas era necessário dar uma resposta rápida aos mercados, que consideravam que Portugal não tinha capacidade para cumprir o objectivo a que se tinha proposto relativamente ao défice. No entanto, se o cenário macroeconómico previsto pelo Governo se confirmar, então o valor do défice será inferior aos 4,6%, o que permitirá alcançar mais “facilmente” os valores propostos para o défice para 2012, 3%, e para 2013, 2%. No âmbito do Semestre Europeu, o Sr. Secretário de Estado referiu que também era importante apresentar medidas para garantir o cumprimento destes objectivos, pelo que se trato, neste caso, de antecipar o anúncio de algumas medidas. De facto ou estes objectivos são cumpridos ou Portugal terá de recorrer à ajuda externa e referiu que este último cenário não tem dado bom resultado nem na Grécia, nem na Irlanda. Acrescentou ainda que a austeridade é necessária, mas imposta por via externa terá sempre um custo muito maior. Relativamente às medidas a vigorar para 2012 e 2013, reiterou que se tratam de medidas que podem ser objecto de negociação, desde que sejam apresentadas medidas alternativas que não coloquem em causa os objectivos do défice.

Por último, aludiu à cimeira da zona euro, referindo o Pacto para o Euro, que estabelece uma coordenação mais forte das políticas económicas para a competitividade e a convergência. Referiu que os resultados desta cimeira embora tenham sido globalmente positivos, ficaram aquém das expectativas de Portugal. Relativamente aos aspectos positivos, mencionou o reforço da capacidade de concessão de empréstimos por parte do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), o reforço dos instrumentos ao dispor da UE para intervir financeiramente e alterações nas condições financeiras. No que diz respeito a este último aspecto, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus lamentou que não tenha sido possível firmar um compromisso concreto em relação à Irlanda.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) começou por referir que o seu Grupo parlamentar não tinha recebido da parte do Governo qualquer indicação do PEC IV e, pelo que sabia, também nenhum outro Grupo Parlamentar, nem tão pouco o Sr. Presidente da República. Consequentemente não pode deixar de demonstrar a sua estranheza pela forma escolhida pelo Sr. Primeiro-Ministro e pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças para apresentarem estas medidas ao país. Acresce que o Sr. Primeiro-Ministro esteve na Assembleia da República no dia anterior à tarde e nada disse. Concluiu que esta situação não foi a ideal, nem esteve sequer perto. Da mesma forma, acrescentou que não se entende a urgência de apresentar medidas que apenas serão apreciadas no Conselho Europeu da Primavera (24 e 25 de Março). Finalmente, referiu que as conclusões do Conselho extraordinário até são boas, mas o grande problema advém dos compromissos assumidos pelo Governo à revelia da Assembleia da República, do Sr. Presidente da República e dos portugueses.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por discordar profundamente com a metodologia adoptada pelo Governo e enfatizou a ideia de que esta é uma questão que vai muito para lá da forma. Teceu ainda considerações sobre o conteúdo das iniciativas apresentadas, referindo outros exemplos que acentuam a desconfiança face ao Governo. Acrescentou que em relação às medidas apresentadas pelo Governo, o ponto 4 das conclusões saúda a medidas apresentadas por Portugal e, no mínimo, estranha-se que o Conselho Europeu se tenha pronunciado nestes termos sobre as "linhas de orientação" apresentadas pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças e pelo Sr. Primeiro-Ministro ao país e não tenham de facto sido apresentadas medidas mais concretas. E se foram apresentadas medidas mais concretas, o Sr. Deputado estranha que exista essa margem de negociação a que o Governo tanto se refere.

No que diz respeito aos temas abordados no Conselho Europeu, o Sr. Deputado questionou sobre se os objectivos que se pretendiam alcançar relativamente ao Mecanismo Europeu de Estabilidade e ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, tinham ou não sido atingidos. Relativamente ao ponto 7 das Cimeira da zona euro solicitou esclarecimentos sobre o que significava "*a fixação de um valor de referência numérico de 1/20 para a redução da dívida*". Questionou ainda sobre a aprovação do Pacto do Euro. Finalmente, solicitou que antes do próximo Conselho Europeu, o Sr. Secretário de Estado pudesse apresentar aqui as medidas que o Governo vai apresentar em Bruxelas.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) começou por questionar se este PEC IV serve para agilizar a ajuda externa ou para estancar essa ajuda. Do mesmo modo, solicitou ao Sr. Secretário de Estado esclarecimentos sobre a compatibilidade deste PEC com os compromissos assumidos com o PSD no anterior PEC. Relativamente à apresentação das medidas, a Sra. Deputada considerou que se tratou de uma verdadeira falta de consideração pelas instituições. O Primeiro-Ministro foi interrogado na moção de censura sobre o que iria apresentar no dia seguinte em Bruxelas, mas nada referiu e isso não é apenas uma questão de forma. Por último, colocou algumas questões sobre as medidas incluídas no PEC IV

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) começou por sublinhar que a apresentação feita pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças se tratou de linhas de orientação apresentadas “no actual quadro de incerteza e dificuldades financeiras”, como refere o documento em causa, que está disponível na página oficial do Ministério na internet. Referiu ainda que Portugal vive actualmente uma situação de emergência e que deveria estar a ser encarada por todos enquanto tal. Contudo, referiu que as questões relacionadas com as medidas do denominado PEC IV deveriam ser colocadas no dia seguinte ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, que tem audição agendada com a Comissão de Assuntos Europeus, às 9h00. Paralelamente, convidou todas as forças políticas a levarem os assuntos europeus a plenário. Aproveitou ainda para sublinhar que, pela primeira vez, existia uma declaração conjunta do Banco Central Europeu e da Comissão sobre o reconhecimento das medidas tomadas pelo Governo português, o que pode ser um sinal positivo para os mercados. Finalmente, aludiu à situação no Norte de África, saudando as declarações da UE, sobre esta matéria e aludiu à situação do Japão para referir as graves consequências económicas que daí podem advir.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) referiu que nas próximas 24h a Assembleia da República iria assistir a um conjunto de debates da maior importância. Aproveitou para suscitar algumas interrogações sobre as medidas constantes do PEC IV, tendo começado por mencionar a surpresa que se instalou no Parlamento, entre os Deputados de todas as bancadas, sobre o anúncio dessas medidas. De seguida, solicitou esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado sobre o cenário de manutenção das previsões do Governo, pois nesse caso com as novas medidas o défice ficaria por volta de 2% em 2012 e por volta de 1% em 2013, quando o referencial é abaixo dos 3%. Por último, relativamente ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, questionou em que medida houve um reforço e em que medida existiu flexibilização.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondeu às diversas interpelações efectuadas, designadamente, sobre o cenário macroeconómico para 2011, referindo que as medidas propostas visam garantir, em qualquer cenário, a manutenção do objectivo traçado para o défice em 2011, mas também para garantir ao Governo alguma margem de manobra na gestão financeira das contas públicas e para contrariar a ideia de inevitabilidade de recurso à ajuda externa. Esclareceu que o que foi apresentado foram apenas linhas gerais de orientação, porque as medidas essas serão apresentadas ao Parlamento na próxima semana, que terá de se pronunciar sobre elas. Reforçou a ideia de que os objectivos são para cumprir, mas que as medidas apresentadas podem ser objecto de discussão e que o Governo está aberto ao diálogo construtivo. No que diz respeito ao momento, o Sr. Secretário de Estado justificou-o com a urgência derivada da pressão que estava a ser exercida sobre Portugal para recorrer à ajuda externa, o que, no entender do Governo, seria substancialmente mais gravoso para os portugueses.

De seguida, respondeu às questões colocadas sobre o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, referindo que o reforço fica aquém do que Portugal desejava. Relativamente ao ponto 7 das Conclusões da Cimeira da Zona Euro explicou que tal significa que, tendo em consideração eventuais condicionantes, todos os Estados-Membros com dívidas superiores a 60% devem incluir nos objectivos de médio prazo uma redução de 1/20 face ao excedente em relação aos 60%. Em paralelo, quanto aos quadros orçamentais nacionais, pretende-se criar um tecto ao aumento da despesa com relação à evolução do PIB. No que diz respeito ao envolvimento do FMI, Portugal considerou desejável que a flexibilização do Fundo Europeu deveria excluir a participação de instituições não europeias. Contudo, sobre este aspecto não existiu um acordo definitivo, mas cabe aos Ministros das Finanças definirem em concreto o recurso exclusivo a organismos europeus, embora seja pouco provável que tal aconteça.

Por último, o Sr. Secretário de Estado referiu-se à situação no Norte de África e, em especial, aos acontecimentos na Líbia.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu então a palavra ao Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) para iniciar uma segunda ronda de perguntas. O Sr. Deputado começou por sublinhar que os resultados do Conselho Europeu são também importantes, porque a Alemanha foi sensível a algumas das pretensões de Portugal, mesmo contra a própria opinião pública alemã. Aludiu ainda às declarações da Comissão Europeia sobre o bom comportamento de Portugal e à necessidade de um consenso nacional alargado. Por último, solicitou esclarecimentos relativamente à taxa sobre transacções financeiras.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) começou por considerar uma falta de respeito a forma como o Governo anunciou as medidas, mas referiu que sobre esse assunto não tinha qualquer questão a colocar. Relativamente à Líbia, solicitou esclarecimentos sobre a posição da UE relativamente aos acontecimentos e questionou ainda qual é a posição da EU sobre a Arábia Saudita e para quando é expectável que a Europa olhe com determinação para a questão israelo-árabe.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) solicitou de novo a palavra para referir que se tudo correr bem, de acordo com as expectativas do Governo, e nada se alterar, com mais estas medidas de austeridade, em contas de mercearia, Portugal atingiria um défice de 2,1% em 2012 – e solicitou o comentário do Sr. Secretário de Estado a este exercício. De seguida, solicitou esclarecimentos sobre os valores do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira em termos nominais, perguntando directamente ao Sr. Secretário de Estado em quanto é que se traduz, de facto, o reforço. Por último, suscitou esclarecimentos sobre se em termos de garantias o Fundo se tornou mais atractivo para os privados.

O Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD) começou por tecer considerações sobre o cumprimento, por parte do Governo, dos objectivos a que se predispõe. De seguida referiu-se à Líbia, afirmando que as primeiras posições de Portugal e da UE pareciam indicar que se sabia mais do que aquilo que vinha nos jornais, mas a alteração das circunstâncias na Líbia veio suscitar algumas dúvidas sobre essas posições iniciais. Questionou então se pode existir esperança que a Líbia não venha a cair num banho de sangue.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondeu relativamente às taxas sobre transacções financeiras, sobre o PEC, sobre as garantias e sobre o Fundo. Finalmente aludiu à situação no Norte de África e, em especial, à situação da Líbia.

A audição terminou pelas 19h30, tendo o Sr. Presidente da Comissão agradecido a presença do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

No ponto 2 da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão fez o ponto de situação sobre o Seminário relativo à “Estratégia Europa 2020”. Nesse âmbito referiu que nesse mesmo dia decorrerá na Assembleia da República, mais concretamente na sala do Senado – para onde estava agendado o Seminário – a atribuição do Prémio Norte/Sul, pelo que o Seminário terá de se realizar em outra sala. Apresentou então as alternativas: tentar alterar para a tarde, desde que os oradores

mantenham a disponibilidade, ou realizar no auditório do edifício novo ou na sala de leitura da biblioteca. A Comissão acordou em tentar alterar para a parte da tarde ou, se os oradores não puderem, mudar o local da realização do evento.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS), apresentou sucintamente o problema relativo ao acompanhamento interparlamentar da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD). O Sr. Presidente da Comissão começou por referir que os Estados-Membros da União da Europa Ocidental (UEO) decidiram, a 31 de Março de 2010, denunciar o Tratado constitutivo desta organização com efeitos a 31 de Junho de 2011, o que implicou a dissolução da UEO e da sua Assembleia Parlamentar, tendo os Estados-Membros da UEO declarado que deveria ser encorajado *“o reforço do diálogo interparlamentar no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa, incluindo com os países candidatos à adesão à UE e todos os outros Estados interessados”*. Assim, nos termos do artigo 9.º do Protocolo relativo ao papel dos Parlamentos nacionais na União Europeia (UE), anexo ao Tratado de Lisboa, o qual dispõe que *“o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem, em conjunto, a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular no seio da União”* e do artigo 10.º do mesmo Protocolo do Tratado de Lisboa, que estipula que uma Conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União (COSAC/COSAU) *“pode ainda organizar conferências interparlamentares sobre assuntos específicos, designadamente em matéria de política externa e de segurança comum, incluindo a política comum de segurança e defesa”* foi solicitado por S. Exa. o Presidente da Assembleia da República que fosse preparado um projecto de resolução no sentido de definir a posição da Assembleia da República relativamente a esta matéria, pelos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Defesa Nacional e Assuntos Europeus com a participação dos Srs. Deputados Mota Amaral (PSD) e Vera Jardim (PS). Termos em que o Sr. Presidente da Comissão apresentou o projecto de resolução, que resultou desse trabalho conjunto.

Assim, preconiza-se a instituição de uma Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa para garantir um efectivo acompanhamento interparlamentar destas matérias, que deverá ser composta por Deputados das Comissões de Negócios Estrangeiros, de Defesa e de Assuntos Europeus dos Parlamentos nacionais, bem como da Comissão relevante do Parlamento Europeu. De seguida, referiu que se propõe que as delegações devam ser constituídas, por analogia com a estrutura da Conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União (COSAC/COSAU),

até um máximo de seis Deputados por cada Parlamento nacional e pelo Parlamento Europeu, e até um máximo de três Deputados por cada país candidato (com estatuto de observadores). O projecto de resolução propõe ainda que a Conferência seja presidida pelo Parlamento nacional do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho, devendo reunir duas vezes por ano no Estado membro que exerce a presidência. Relativamente à organização, a Conferência deve poder emitir opiniões e deve seguir o regime linguístico em vigor na COSAC/COSAU, sendo o apoio de secretariado ser fornecido pela Presidência, apoiada pelas estruturas já existentes: o Secretariado da COSAC/COSAU e os representantes permanentes dos Parlamntos nacionais em Bruxelas. Por último prevê-se que a Alta-Representante da UE para os negócios estrangeiros e política de segurança deve ser convidada para as reuniões da Conferência.

O Sr. Deputado Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou a palavra para referir que o CDS-PP gostaria de apresentar algumas propostas de alteração, pois não concorda com a criação da Conferência nos termos propostos.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) pediu a palavra para referir que a extinção da UEO não tem de implicar a criação de uma estrutura substitutiva, propondo que as competências que se encontram previstas para a nova Conferência pudessem ser assumidas por uma estrutura já existente: a COSAC. Eventualmente, suscitou a possibilidade da COSAC reunir em mais dias e com a presença de mais Deputados. De seguida levantou a questão da participação do Parlamento Europeu nessa Conferência e interrogou-se em particular porquê um estatuto idêntico aos dos Parlamntos nacionais quando se trata de uma matéria inter-governamental. Finalmente aludiu ao regime linguístico proposto, saudando que seja marcada uma posição, embora os termos pudessem ser mais claros. Do mesmo modo, propõe que fosse efectuada uma referência a que a representação dos Parlamntos nacionais fosse pluralista.

O Sr. Presidente concordou com a necessidade de actualizar a exposição de motivos relativamente às opiniões entretanto recebidos de outros Parlamntos nacionais. No que diz respeito à COSAC, o Sr. Presidente referiu que a COSAC não prevê a participação de Deputados de outras Comissões e o alargamento da delegação tornaria as reuniões impraticáveis. Relativamente à sugestão do CDS-PP sobre o recurso à COFFAC e CODDAC tal não tem merecido consenso junto dos outros Parlamntos nacionais. No que diz respeito ao Parlamento Europeu, a evolução das relações entre Parlamntos nacionais e Parlamento europeu, designadamente no âmbito da COSAC, tem protagonizado um maior envolvimento

deste actor europeu em pé de igualdade com os restantes Parlamentos nacionais e não faria sentido, neste momento, um retrocesso nesse aspecto.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) pediu a palavra para concordar com o exposto pelo Sr. Presidente e demonstrar a concordância do PS com a proposta inicial.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) aproveitou para reforçar alguns dos argumentos apresentados, nomeadamente, no que se refere à base jurídica apresentada e à participação do Parlamento Europeu. Finalmente, referiu que o facto de ser uma resolução que servirá de base à posição a defender pelo Presidente da Assembleia da República na Conferência de Presidentes dos Parlamentos nacionais, parece ser equilibrada e com margem de manobra que permita a obtenção de consensos.

O Sr. Presidente da Comissão submeteu então a votação a proposta de Projecto de Resolução, a qual foi aprovada com os votos a favor do PS; votos conta do CDS-PP; abstenção do PSD e PCP, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) solicitou a palavra para fazer uma declaração de voto: "O número 1 da proposta apresentada pelo CDS-PP vem de encontro à posição defendida pelo PCP, no sentido de que o acompanhamento deveria ser efectuado pela COSAC ainda que tivesse de ser redimensionada a sua composição e duração."

A reunião foi encerrada às 20:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 Março 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Couto
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Vânia Jesus
Vitalino Canas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Luís Pedro Pimentel
Pedro Duarte

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa